

Cerimonial público - As prefeituras municipais do Estado de Santa Catarina em paralelo com a legislação vigente

Public Ceremonial - The Town And City Councils Of The State Of Santa Catarina In Parallel With The Current Legislation

Carlos Alberto Tomelin*
E-mail: tomelin@bc.univali.br
Marcos Aurélio Batista**
E-mail: mabatista@bc.univali.br

Resumo

Cerimonial Público é um conjunto de formalidades praticadas em um ato solene e sua correta aplicação amplia o sucesso obtido nas relações profissionais e interpessoais, refletindo a boa imagem de dirigentes e das instituições, perante a sociedade. O presente estudo teve como objetivo identificar as formas de realização das solenidades nos municípios catarinenses, identificando as normas que os norteiam na realização de seus cerimoniais. Um questionário foi elaborado com 31 questões objetivas procurando identificar o perfil dos organizadores de eventos do estado, a forma como são realizadas as cerimônias públicas, como são tratados os símbolos nacionais, além de levantar algumas considerações gerais. O questionário foi encaminhado a todos os municípios catarinenses e obteve-se 109 respostas. A partir do material coletado, observou-se que grande parte das prefeituras municipais não possui uma preparação adequada para lidar com o cerimonial público, seja

Abstract

Public ceremonial consists of a set of formalities which are practiced during a ceremony or solemn act. Its correct usage increases the success of professional and interpersonal relations, transmitting to society, a good image of managers and institutions. The aim of this study is to identify how the municipalities of Santa Catarina carry out their ceremonies, determining the rules that govern the way in which they conduct these events. A questionnaire was designed containing 31 objective questions, which sought to identify the profile of the events organizers of the state, the way in which public ceremonial is conducted, how they deal with the national symbols and other general considerations. The questionnaire was sent to all the municipalities of Santa Catarina and 109 responses were obtained. Based on the material collected, it was observed that the majority of the town and city councils were not adequately prepared to deal with public ceremonial, whether

*Mestre em Turismo e Hotelaria – UNIVALI; Doutorando em Turismo e Hotelaria – UNIVALI / Diretor do Centro de Educação da UNIVALI em Balneário Camboriú.

Master's Degree in Tourism and Hotel Management – UNIVALI; PhD student in Tourism and Hotel Management – UNIVALI / Campus Director of the Balneário Camboriú Center for Education of UNIVALI.

**Bacharel em Administração – UNPLAC; Especialista em Administração e Organização de Eventos – Públicos e Privados – UNIVALI; Aluno Especial do Mestrado em Administração da UFSC / Membro do Núcleo de Coordenação de Pesquisa e Projetos em Turismo e Hotelaria da UNIVALI.

Bachelor's Degree in Administration – UNPLAC; Specialist in Administration and Organization of Events – Public and Private – UNIVALI; Special Student on the Master's Degree in Administration at UFSC / Member of the Center for Coordination of Research and Projects in Tourism and Hotel Management at UNIVALI.

pela falta de profissionais qualificados atuantes na área, seja pela falta de uma normatização coerente e atual, consolidada na realidade cultural de cada município, ou ainda pela inobservância da importância que vem adquirindo o mercado de eventos. As prefeituras que responderam, mostraram-se, em sua maioria, receptivas e ansiosas em aprofundar seus conhecimentos, denotando abertura a outros estudos na área.

Palavras-chave: Cerimonial Cívico, Etiqueta, Símbolos Nacionais, Relações Públicas - Administração Municipal.

1. INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que “*Cerimonial é um conjunto de formalidades que se devem seguir num ato solene ou festa pública*” (FERREIRA, 1999:446), é que se procurou, através desta pesquisa, conhecer a realidade das prefeituras municipais do Estado de Santa Catarina no que tange às atividades cerimoniais, identificando como são realizados os protocolos desses eventos. Em paralelo, utilizou-se a legislação vigente no assunto, reconhecendo as formas e os processos que utilizam as organizações acima citadas, quando se deparam com a realização de qualquer tipo de solenidade que necessite de um mínimo de protocolo e cerimônia. O Decreto Nº 70.274, de 9 de março de 1972, é o único parâmetro legal que se pode recorrer com relação às normas do cerimonial público e à ordem geral de precedência.

A qualidade, o comando, a criatividade, a naturalidade e o bom-senso do responsável pelo cerimonial são, em qualquer instância, os pré-requisitos fundamentais para o engrandecimento da imagem do Serviço Público, assim como o de sua autoridade. Daí, a importância deste estudo, que se iniciou com a seguinte questão: em que as prefeituras do Estado de Santa Catarina baseiam-se para realizar seus cerimoniais, considerando que a única legislação vigente é remota e as bibliografias nesta área são ainda escassas?

Procurou-se identificar como os profissionais de relações públicas, mestres de cerimônias, ou os responsáveis pela efetivação das solenidades nas respectivas entidades locais, desenvolvem todo esse processo de encaminhamento dos atos públicos, da organização, dentre outras, das solenidades do município, respeitando-se os princípios do cerimonial no âmbito de seu espaço cívico.

Esta é uma tarefa árdua, já que uma solenidade mal organizada pode trazer sérias complicações no âmbito político e social da entidade, pretendeu-se conhecer a realidade das prefeituras municipais de Santa Catarina, observando-se que não é intenção da pesquisa esgotar o assunto, e sim trazer à tona o tema, mostrando a importância de tais questões,

due to a lack of qualified professionals in the field, the lack of systematized and up-to-date rules that are consistent with the cultural reality of each municipality, or even a disregard concerning the importance of the events market. The town and city councils that responded were, in the majority, receptive and anxious to increase their knowledge, which indicates an opening for further studies in the area.

Key words: Civic Cerimonial, Protocol, National Symbols, Public Relations - City Councils.

1. INTRODUCTION

Based on the presupposition that “*Ceremonial is a set of formalities that should be followed in a solemn act or public ceremony*” (FERREIRA, 1999:446), this research seeks to discover the reality of the local town and city councils of the State of Santa Catarina, in relation to their ceremonial activities, identifying the way in which the protocols of these events are carried out. In parallel with this, it also makes use of the current legislation on the subject, recognizing the forms and processes used by the above-mentioned organizations when faced with the task of conducting any type of ceremony that requires a minimum of protocol and ceremonial. Decree Nº. 70.274, of 9 March 1972, is the only legal parameter that exists in relation to the rules governing public ceremonial and the general order of precedence.

The quality, command, creativity, naturalness and good sense of the person responsible for the ceremonial are, without doubt, basic pre-requisites for enriching the image of the Public Service and its local authority. Hence the importance of this study, which began with the following question: on what do the town and city councils of the State of Santa Catarina base their practices when conducting their ceremonies, bearing in mind the remoteness of the only existing legislation in force and the lack of literature on the subject?

The research seeks to identify how public relations professionals and masters of ceremonies, or those responsible for conducting the solemnities in the respective local bodies, carry out the entire process of administering the public acts of the organization, including the municipalities' ceremonies, taking into account the principles of the ceremony, within their civil scope.

The task is an arduous one, since a badly-organized ceremony can result in serious political and social complications for the organization. It should be noted that this research, the objective of which is to discover the practices of the municipal town and city councils of Santa Catarina, is not

uma vez que, fundamentadas na ética, devem balizar os relacionamentos sociais e o comportamento político, sobretudo no tocante ao respeito à cidadania e à dignidade do agente público.

Identificando esses fatores, a pesquisa foi norteada a fim de formatar a realidade das prefeituras do Estado de Catarina, no que tange ao cerimonial e ao protocolo e responder ao questionamento acima levantado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A organização de uma solenidade passa por diferentes etapas e envolve muitas pessoas. É preciso definir o público, o local do evento, o número de pessoas, confeccionar e distribuir convites; e na hora tudo deve estar perfeito: a ornamentação, o som, as bandeiras, os hinos. O pessoal de apoio tem que saber exatamente como agir: o mestre de cerimônias, as recepcionistas, os garçons, os seguranças, o fotógrafo, a imprensa etc.. O roteiro deve estar impecável, os trajes adequados, a mesa composta de acordo com a ordem de precedência das autoridades. Não se pode esquecer também do livro de presença, do diploma, do colar e da medalha, se for o caso. Sem contar que deve ser observado o protocolo. Enfim, não é tão fácil quanto parece. Pois, como salienta Cesca (1997:10):

Por meio do evento, que consiste em um acontecimento, tem-se a oportunidade de atrair a atenção do público de interesse para a organização que o realiza. A atração exercida por esse tipo de atividade, quando bem organizada, torna-se eficiente forma de elevar, manter ou recuperar conceito. É um momento em que a organização fica exposta aos seus diversos públicos, daí a necessidade de se realizar um trabalho profissional competente, a fim de evitar divulgação negativa.

Inegavelmente, pode-se afirmar que poucos momentos emocionam mais uma pessoa do que as cerimônias protocolares e cívicas. Elas instigam à criatividade, porque quanto mais bem planejadas, organizadas, mais elas marcam, mais permanecem na memória dos que vivenciaram o fato. Partindo desse pressuposto, Cesca (1997: 41) observa que:

A organização de eventos é trabalhosa e de grande responsabilidade. Acontece 'ao vivo', e qualquer falha comprometerá o conceito/imagem da organização para a qual é realizado, e do seu organizador.

É importante que os diversos segmentos que participam de um evento conheçam as regras do cerimonial, estabelecidas em decretos, leis e resoluções federais, pois, como comenta Simões (1997:170), um evento:

É um acontecimento criado com a finalidade específica de alterar a história da relação organização-público,

intended to be exhaustive on the subject, but rather to present the theme and demonstrate the importance of the issues involved, since these, when grounded in ethics, should guide social relationships and political behavior, particularly concerning respect for citizenship and the dignity of the public agent.

Identifying these factors, the objective of the research was to determine the reality of the town and city councils of the State of Santa Catarina with respect to ceremonial and protocol, and respond to the issues mentioned above.

2. THEORETICAL FRAMEWORK

The organization of a ceremony goes through different stages and involves many people. It involves defining the public, the locale for the event and number of participants and producing and distributing invitations; on the day, everything must be perfect: the decoration, the sound, the flags and the anthems. The support staff must know exactly what to do: the master of ceremonies, the receptionists, the waiters the security personnel, the photographer, the press etc. The script should be impeccable, the dress appropriate and the table arranged according to the order of precedence of the authorities. One must not forget the attendance book, certificates, ribbon and medal, if required. Not to mention that fact that protocol must be observed. All this is not as easy as it seems. As Cesca (1997:10) points out:

The event, which is an occasion, is an opportunity to attract the attention of the public of interest to the hosting organization. The power of attraction of this type of activity, when well organized, is an effective way of raising, maintaining or recovering image. It is a moment in which the organization is exposed to its various publics, hence the need to perform a highly competent professional work, in order to avoid negative publicity.

There is no doubt that few moments have the capacity to emotionally move people like protocol and civic ceremonies. They spark off creativity, because the better organized and planned they are, the greater the impression they leave in the memory of those who experience them. Based on this presupposition, Cesca (1997: 41) observes that:

The organization of an event involves a great deal of work and responsibility. An event happens 'live' and any mistake could compromise the concept/image of the organization for which it is carried out, as well as that of its organizer.

It is important for the various sectors that participate in an event to know the rules governing ceremonial, which are established in decrees, laws

em face das necessidades observadas. Caso ele não ocorresse, a relação tomaria rumo diferente e, certamente, problemático.

O Cerimonial e Protocolo regem as relações e a civilidade entre as autoridades constituídas nos âmbitos jurídico, militar, eclesiástico, diplomático, universitário, privado e em todas as instâncias do Poder Público. Giácomo(1997:47) ressalta que:

A experiência demonstra que o ensino de evento se restringe a visões fragmentadas e distorcidas, confundidas com cerimonial, etiqueta, protocolo, promoção, lançamentos, visando quase sempre a resultados de divulgação da mídia (assessoria de imprensa), sem que se dê importância para a análise estrutural e administrativa do papel que o evento deve ter nas organizações.

O sucesso de um evento, no contexto geral, depende da boa organização de seus promotores, do planejamento e da sua capacidade de lidar com os imprevistos, fato corriqueiro, na vida de um organizador de eventos, como salienta Melo Neto (1999:21)

Como um acontecimento, o evento deve ser bem-sucedido. A sua condição de fato e de acontecimento impõe a necessidade do sucesso de sua realização. Um evento mal sucedido adquire o estigma de fracasso. De acontecimento a ser lembrado, torna-se uma tragédia a ser esquecida. De fato marcante, a um fiasco retumbante.

Gilda F. Meireles, em sua obra *Tudo sobre Eventos* (1999:13), acrescenta:

Sempre ouvi dizer que ‘cerimonial é bom senso’. Até aceitava, pois sem bom senso não se planeja ou organiza nada, mas concluí que cerimonial é mais do que isso: são leis, decretos, normas e regras que influem diretamente na organização de um evento, na qual planejamento, coordenação e organização formam o tripé para a otimização dos resultados.

De forma que, apesar de parecer sem importância, como um trabalho que pode ser feito por qualquer um com um mínimo de sensibilidade, a organização de eventos, em especial, os que utilizam protocolos e cerimoniais, deve ser considerada e realmente tratada com seriedade, pois, só assim, se atingirá os objetivos esperados. Do contrário, o acontecimento se transformará em um fato negativo descaracterizando sua realização.

2.1. Cerimonial Público

O Cerimonial Público existe no Brasil desde o período colonial. Sua função tornou-se imprescindível na administração dos Municípios, dos Estados e da Federação, além de outras instituições como universidades, corporações militares, associações desportivas e empresas

and federal resolutions, since, as Simões (1997:170) comments, an event:

is an occasion created with the specific aim of altering the history of the relations between the organization and the public, in light of observed needs. If it does not take place, the relation could take a different, and without doubt, problematic direction.

Ceremonial and Protocol govern relations and civility between the constituted authorities in the legal, military, ecclesiastical, diplomatic, university and private scopes, and in all instances of Public Authority. As Giácomo (1997:47) emphasizes:

Experience has shown that teaching about events is restricted to fragmented and distorted views, often confusing ceremonial, etiquette, protocol, promotion and launches, almost always with the aim of media publicity results (press office), disregarding the structural and administrative analysis of the role which the event should play in the organizations.

The success of an event, in general, depends on good organization and planning by its promoters and their capacity to deal with the unexpected, which is an everyday occurrence in the life of an events organizer, as Melo Neto states (1999:21)

The event, as an occasion, should be successful. Its condition of fact and occurrence imposes the need for it to be conducted successfully. An unsuccessful event acquires the stigma of failure. Rather than being an event to be remembered, it becomes a tragedy best forgotten. Instead of a memorable fact, a resounding fiasco.

Gilda F. Meireles, in her work *Tudo sobre Eventos* (1999:13), adds:

I’ve always heard people say that ‘ceremonial is common sense’. I used to accept this, since without common sense nothing can be planned or organized, but I concluded that ceremonial is more than that: there are laws, decrees, rules and regulations that directly influence the organization of an event, in which planning, coordination and organization form the basis for optimizing the results.

Thus, despite its seeming unimportance, as a task that can be done by anyone with a modicum of intelligence, the organization of an event, particularly one that uses protocols and ceremonial, should be taken very seriously, since only then will it achieve its objectives. Otherwise, an event will become a negative fact, detracting from very the nature of the ceremony.

2.1. Public ceremonial

Public Ceremonial has existed in Brazil since colonial times. Its role has become vital in the administration of Municipalities, States and the

privadas. O cerimonial e o protocolo estabelecem relações de civilidades entre autoridades constituídas em todas as instâncias de poderes, quer político, quer diplomático, quer eclesiástico, quer militar, entre outros, buscando atender às regras específicas a que se referem. Na federação brasileira, o cerimonial é a conduta, norteada por legislações, que resguarda as características culturais do País. O cerimonial nada mais é, portanto, do que uma linguagem própria - formal, internacional e diplomática de uma determinada sociedade - que corresponde ao tratamento e a fórmulas de cortesia, de expressões oficiais e vem sofrendo variações ditadas por aspectos culturais, temporais, bem como as cerimônias a que se aplicam. Em sendo assim, a atividade do cerimonial não é ditada pela rotina, mas dependerá muito da situação, da circunstância do ato solene.

O cerimonial busca aplicar o disciplinamento de precedências, além de ter outros objetivos de categorias distintas e mais abrangentes no tocante ao planejamento de discursos, determinação de lugares de honra, placas comemorativas ou alusivas, símbolos nacionais, visitas de autoridades, condecorações etc. Por isso, o serviço de cerimonial não deve ser confundido com a organização de evento. A estruturação de um evento exige um planejamento próprio, com procedimentos técnico-administrativos a fim de atingir os objetivos propostos, que são diferentes do cerimonial. Já o cerimonial exige bom-senso, cumprimento de regras e normas específicas, sempre considerando a necessidade do momento, adequando-as à situação. O serviço de cerimonial também não deve ser confundido com etiqueta. Etiqueta pressupõe um conjunto de normas, usos e costumes que regulamentam a vida social (casamentos, banquetes, modas de trajes etc.). O serviço de cerimonial atua conjuntamente com esses serviços, assim como com o serviço de assessoria de imprensa.

A procura por esses serviços tem aumentado na medida em que o cerimonial avança em resultados satisfatórios para seus clientes, já que o cerimonial quando bem executado funciona como uma verdadeira ferramenta de mídia, auxiliando na fixação da imagem institucional, e em decorrência disto, cada vez mais, tais serviços são procurados por entidades, empresas representativas dos diversos segmentos econômicos e sociais, dos serviços do cerimonial em atividades solenes.

Como fundamento ao tema, encontramos no âmbito federal o Decreto 70.274, de 9 de março de 1972 (publicado no DOU de 10 de março de 1972 e republicado em 19 de abril de 1972 por ter saído com incorreções), que traz indicações para o Estado e poucas para os municípios.

Country as a whole, as well as other institutions such as universities, military organizations, sporting associations and private companies. Ceremonial and protocol establish relations of civility between established authorities of all types, whether political, diplomatic, ecclesiastical or military, among others, seeking to comply with the specific rules to which they allude. In Brazil, ceremonial is conduct, guided by legislation, which safeguards the cultural characteristics of the Country. Ceremonial is, therefore, nothing more than a specific formal, international, diplomatic language of a specific society, which relates to the way in which forms of politeness and official expressions are treated, and which has undergone variations as a result of cultural and temporal aspects, as well as the ceremonies in which they are used. Thus, ceremonial is not dictated by routine, but depends to a large extent on the situation and circumstances in which the ceremony is performed.

Ceremonial seeks to apply the discipline of precedence, besides having other objectives in distinct, wider categories such as the planning of speeches, the determination of places of honor, the commemorative plaques, national symbols, visiting dignitaries, decorations of honor etc. The ceremonial service should not, therefore, be confused with the organization of an event. The latter requires its own type of planning, with technical and administrative procedures aimed at achieving the proposed objectives, which are quite different from those of a ceremony. Ceremonial, on the other hand, requires common sense and compliance with specific rules and regulations, always adapting them to the situation according to the needs of the moment. The ceremonial service should also not be confused with etiquette. Etiquette presupposes a set of rules, uses and customs which regulate social life (weddings, banquets, style of dress etc.), while the ceremonial service makes use of these services, as well as that a press office.

The demand for these services has continued to increase as ceremonial has advanced in bringing satisfactory results for its clients. This is because when performed well, ceremonial acts as a media tool, helping to establish an institutional image. As a result, demand is increasing, among organizations and companies representing various economic and social sectors, for ceremonial services for their solemnities.

As a foundation for the theme, we found, at Federal level, Decree 70.274, of 9 March 1972 (published in the DOU of 10 March 1972 and republished on 19 April 1972 owing to the fact that the first edition contained errors). It gives some recommendations for the State and also a few for the municipalities.

Esse Decreto encontra-se ainda em vigor, e, apesar de não suprir todas as necessidades dos municípios, fornece os princípios básicos do cerimonial que devem ser adotados com pequenas adaptações pelos Estados e municípios. No entanto, cada município pode instituir a sua norma referente ao cerimonial público, sempre balizado pelo princípio norteador de solenidades oficiais nos âmbitos federal e estadual. Poucos são os municípios que possuem legislação específica para o cerimonial. Por esse motivo, a idéia desta pesquisa é condensar informações concernentes à atividade de cerimonial, identificando alguns procedimentos aplicáveis ao Cerimonial no Executivo Municipal, sem contudo perder o caráter dinâmico e peculiar diante de situação que deve ser considerada na atuação dessa atividade pública.

O cerimonial durante muitos anos foi uma atividade restrita à área pública. Hoje, além do caráter oficial, está presente em hotéis, grandes empresas, entidades de classes e sindicatos. Mas o que é exatamente um cerimonial? Segundo Schneider (1985), aos profissionais que atuam no cerimonial compete: manter a articulação com o cerimonial dos governos federal, estadual e municipal; organizar os atos solenes ou festas públicas, assim como o cerimonial de visitas de altas autoridades e/ou personalidades; organizar, quando decidido pelo chefe de Poder, a hospedagem do visitante; dar conhecimento prévio ao participante de um determinado evento, qual será o programa e o cerimonial das solenidades e recepções a que ele tiver de comparecer; e resolver os casos omissos nas normas previstas de cerimoniais.

A preocupação deve voltar-se para a imagem da instituição e deve sempre ser adequada à situação. O profissional do cerimonial tem de trabalhar com o imprevisto. Muitas vezes, ele é chamado a opinar em casos omissos na legislação. Portanto, deve ter bom-senso para resolver determinadas situações, ter segurança (é recomendável a troca de impressões e informações), além de tranquilidade para manter sempre o controle da situação. São pequenas iniciativas que, quando descuidadas, tornam-se críticas ao responsável do cerimonial. Já o Mestre de Cerimônias (MC) é o profissional responsável pela condução (apresentação) da cerimônia. É figura importante para o sucesso do evento; é a pessoa que dará o tom à solenidade. Deve ser discreto, sóbrio, atento ao roteiro estabelecido pelo responsável do cerimonial; acertar a pronúncia e ter boa dicção.

Apesar de contar com vários pontos em comum, o Cerimonial não é uma atividade restrita de Relações Públicas (RP), no entanto, é indispensável para a mesma. A atividade de Relações Públicas ocupa-se do relacionamento de pessoas, grupos e

This Decree is still in force, and in spite of the fact that it does not meet all the requirements of the municipalities, it nevertheless provides the basic ceremonial principles which should be adopted, with minor adaptations, by the States and municipalities. However, each municipality may institute its own rules relating to public ceremony, provided these are in line with the guiding principle of official ceremonial at Federal and State levels. Very few municipalities have their own specific ceremonial legislation. The aim of this research, therefore, is to condense the information on the activity of ceremonial, identifying some procedures that can be applied to Municipal Executive Ceremonial, yet without losing its dynamic and specific character in each situation, which should be taken into consideration when carrying out this public activity.

For many years, ceremonial was an activity that was restricted to the public arena. Nowadays, besides its official nature, it is also present in hotels, major companies, professional organizations and unions. But what exactly is ceremonial? According to Schneider (1985), the role of professionals working in the area of ceremonial includes: maintaining a link with the ceremonial of federal, state and municipal governments; organizing ceremonies or public feasts and the ceremonial of visits by dignitaries and/or personalities; organizing, at the decision of the leading Authority, accommodation for the visitor; giving prior notice to participants of a specific event, advising them of the program and the ceremonial for the solemnities and receptions at which they are asked to appear; and resolving cases for which there are now official rules governing ceremonials.

The concern, first and foremost, should be for the image of the institution and should always be in keeping with situation. The ceremonial professional must be able to deal with the unexpected. He is often called upon to give opinions in cases not covered by the legislation. He therefore needs to exercise common sense when resolving specific situations. He must be confident, (an exchange of impressions and information is recommended), and calm enough to keep control of the situation. These are minor factors which, when neglected, become critical for the person responsible for the ceremony. The Master of Ceremonies (MC) is the professional responsible for conducting (presenting) the ceremony. He is a key figure for the success of the event; the person who will lend the event an air of solemnity. He should be discrete, sober and attentive to the script established by the person responsible for the ceremony; and he should have correct pronunciation and clear diction.

organizações e o convívio entre as partes é prática eminentemente social na razão direta da sua compreensão.

A relação de integração dos diferentes grupos se dá por uma linguagem denominada Cerimonial ou Protocolo, a qual viabiliza a participação justa e adequada dos indivíduos nas relações entre os grupos que se inter-relacionam visando um objetivo específico. É por isso que o Cerimonial torna-se poderoso instrumento de comunicação dirigido dentro da atuação do profissional de RP.

O bom relacionamento entre os grupos é alcançado pela comunicação, a qual tem como instrumento a linguagem. Como linguagem, o Cerimonial é passível de transformações e atualizações e encerra em sua essência, uma comunicação específica para públicos distintos.

No mundo de hoje, unido pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e pelas novas relações entre países e blocos econômicos ou políticos, o profissional de RP, cedo ou tarde, vai se deparar com instituições e autoridades de um ou mais organismos constituídos no emaranhado internacional, em relações no âmbito público ou privado e terá de conhecer a linguagem protocolar adequada para cada uma destas situações. Caso contrário, todo o esforço de comunicação poderá ir por terra com o sacrifício de sua própria carreira.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho propôs um estudo que visou à descoberta da realidade dos municípios catarinenses em relação ao seu cerimonial e protocolo, identificando os diferentes pontos de vista presentes na situação, bem como as formas de realização das cerimônias.

Dada a diversidade de eventos que podem ser assomados em uma organização, esta pesquisa se dividiu de forma genérica nos itens infra-especificados:

- Informações sobre o setor responsável pelo cerimonial e protocolo;
- Os eventos;
- O Cerimonial e o Protocolo;
- Os Símbolos Nacionais;
- Algumas considerações finais.

O instrumento de pesquisa nos 293 municípios do Estado de Santa Catarina deu-se em forma de questionário com perguntas abertas e fechadas e os grupos trabalhados foram os profissionais dos órgãos responsáveis pelo Cerimonial Público e suas práticas de Cerimonial e Protocolo; e destes, 108 municípios retornaram com o questionário devidamente preenchidos, além de anexos solicitados, folders, e outros materiais utilizados por estas prefeituras para a prática das normas protocolares.

Despite having various aspects in common, Ceremonial is not an activity that is restricted to Public Relations (PR), however, it is indispensable to it. The activity of Public Relations deals with the relationships between people, groups and organizations and the harmony between parties and is, due to its scope, a predominantly social practice.

The relation of integration between different groups takes place through a language known as Ceremonial or Protocol, which enables the correct and appropriate participation of individuals in the relations between the groups that are interrelating for a specific purpose. For this reason, ceremonial becomes a powerful communication tool when managed within the practice of the PR professional.

Good relations between different groups is achieved through communication, which uses language as an instrument. Like language, Ceremonial is subject to changes and up-dating and includes, in its essence, a specific communication for different publics.

In today's world, which is united by the development of means of communication and new relations between countries and economic or political blocs, the PR professional will, sooner or later, encounter institutions and authorities of one or more bodies that form part of this international confusion, in relations in the public or private scope, and will need to know the correct language of protocol for each of these situations. Otherwise, all communication efforts could be in vain and the professional could sacrifice his own career.

3. RESEARCH METHODOLOGY

This work proposes a study aimed at discovering the reality of the municipalities of Santa Catarina in relation to their ceremonial and protocol and identifying the different perspectives on the situation, as well as the different forms of conducting ceremonies.

Given the diversity of events that can be carried out by an organization, this research is divided generically into the items specified below:

- Information on the sector responsible for ceremonial and protocol;
- Events;
- Ceremonial and Protocol;
- National Symbols;
- Final considerations.

The research instrument used in the 293 municipalities of the State of Santa Catarina was in the form of a questionnaire, with open and closed questions. The groups investigated were the professionals within those bodies, who are responsible for Public Ceremonial and its Ceremonial and Protocolary practices. Of the total, 108

As questões foram tabuladas e interpretadas e representadas por figuras, procurando identificar a legalidade dos atos, as normas que foram criadas decorrentes do regionalismo e da cultura local, identificando e reconhecendo os atos cerimoniais dos municípios, procurando estabelecer um paralelo com a legislação vigente, com as bibliografias afins e com os outros municípios, os quais são instrumentos de estudo desta pesquisa.

4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS¹

Para a realização desta pesquisa, foram encaminhados questionários aos 293 municípios do Estado de Santa Catarina. Destes, 36,9% retornaram, ficando 63,1% sem respostas. Dos municípios que responderam o questionário, 50% possuem uma população de até 10.000 habitantes, 39,8% varia entre 10.000 e 50.000 habitantes, 8,3% de 50.000 a 200.000 habitantes e 1,9% têm uma população maior de 200.000 habitantes. Diante disto, podemos considerar que exatamente a metade dos municípios tem uma população pequena, conseqüentemente, possui uma pequena infra-estrutura com poucos eventos. E acima de 200.000 habitantes, numa porcentagem de 1,9%, encontram-se os municípios de Florianópolis e Joinville, municípios estes que juntamente com o Decreto Nº 70.274, de 9 de março de 1972, servirão como base na análise das respostas dos outros municípios, considerando que são, respectivamente, a Capital do Estado e um município com eventos de repercussão nacional e internacional.

Já em uma análise protocolar das correspondências, pode-se verificar o grau de comprometimento com a questão do Cerimonial e Protocolo, bem como com a própria organização das instituições municipais, no que tange ao recebimento, encaminhamento e resposta as correspondências recebidas. O questionário foi encaminhado no início do mês de julho de 2001, e solicitado que, se possível, fosse encaminhado até o dia 10 de agosto.

Das respostas, 33,3% das Prefeituras Municipais encaminharam o questionário dentro do prazo solicitado, com ofício de encaminhamento e anexos solicitados, respeitando e considerando o trabalho de pesquisa realizado. 28,7% das prefeituras encaminharam o questionário dentro do prazo solicitado, com alguma forma de encaminhamento informal, quais sejam, bilhetes, anotações no próprio questionário etc. E 10,6% encaminharam o questionário dentro do prazo, sem qualquer forma de encaminhamento. Passado o prazo do dia 10 de agosto, 9,3% dos municípios encaminharam o questionário, com ofício de encaminhamento, 0,9% das prefeituras encaminharam o questionário com

municipalities returned the questionnaire, duly filled in, together with the annexes requested, folders and other materials used by the town and city councils in their practices of the rules of protocol.

The responses to the questions were computed in the form of a table, interpreted and represented by figures, with the aim of identifying the legality of the acts and the rules that had been created as a result of regionalisation and local culture, identifying and recognizing the ceremonial acts performed by the municipalities in an attempted to draw parallels with the legislation in force, the related literature and the other municipalities that are instruments of study of this research.

4. DISCUSSION AND ANALYSIS OF THE DATA OBTAINED¹

For this research, questionnaires were delivered to the 293 municipalities in the State of Santa Catarina. A response rate of 36.9% was obtained, with 63.1% failing to respond. Of the municipalities which responded to the questionnaire, 50% have less than 10,000 inhabitants, 39.8% have between 10,000 and 50,000 inhabitants, 8.3% have between 50,000 and 200,000 inhabitants and 1.9% have a population of over 200,000. It can therefore be said that precisely half of the municipalities have a small population, and consequently, a small infrastructure with very few events. 1.9% of the municipalities, comprising Florianópolis and Joinville, have over 200,000 inhabitants and these, together with Decree Nº 70.274, of 9 March 1972, serve as a basis for analyzing the responses of the other municipalities, given that these two cities are, respectively, the State Capital and a city with events of national and international importance.

Through an analysis of the protocol used for correspondence, the level of commitment to the issue of Ceremonial and Protocol was determined, as well as the way in which the municipal institutions are organized in terms of receiving, delivering and responding to the correspondence received. The questionnaire was delivered at the beginning of July 2001, with the request that, where possible, a reply be sent by 10th August.

Of the replies, 33.3% of the town and city councils responded within the period requested, with a covering letter and the requested enclosures, demonstrating respect and consideration for the research being carried out. 28.7% of the town and city councils returned the questionnaire within the period requested, with some form of informal enclosure such as short notes, notes written on the questionnaire etc., and 10.6% returned the questionnaire within the period requested, but

alguma forma de encaminhamento informal. E 19,4% devolveram o questionário sem qualquer forma de encaminhamento.

4.1. O Profissional de Eventos

Das Prefeituras Municipais, 33,3% possuem uma pessoa diretamente responsável pela organização dos eventos municipais e 66,7% não possuem um profissional próprio para atuar nesta área.

Das Prefeituras que não possuem um profissional próprio na organização dos seus eventos 21,8% possuem uma comissão para eventos, 31,0% das Prefeituras organizam-se de forma que cada secretaria organiza seu próprio evento, 23,0% têm muito poucos eventos no município, o que não idealiza um profissional próprio, 1,1% sentem falta de determinação ou indicação para a contratação deste profissional, 6,9% não encontram profissional especializado no mercado, 14,9% realizam seus eventos onde cada um ajuda no que pode e 1,1% terceirizam os serviços de organização de eventos.

Das prefeituras que possuem um profissional, 47,1% são profissionais que atuam em áreas pertinentes à Organização de Eventos, sejam relações públicas, secretários de turismo etc. 23,5% são profissionais que atuam especificamente em áreas paralelas à organização de eventos, como assessores de imprensa, secretários de esportes etc. E ainda, 29,4% das prefeituras que possuem profissionais que cuidam da parte de organização de eventos têm estes funcionários em funções desligadas da organização de eventos, tais como secretários de administração, chefes de gabinete etc. Sendo assim, das prefeituras que possuem este profissional, quase metade deles estão no cargo e função de um Organizador de Eventos. Dos profissionais que atuam na organização de eventos, 76,3% são do sexo masculino e 23,7% do sexo feminino. Pode-se, dessa forma, observar que o sexo masculino predomina na organização de eventos dos municípios catarinenses. Dos profissionais de eventos, 78,6% são cargos de confiança, ainda, 16,7% são funcionários efetivos, 2,4% são contratados para a função e 2,4% são prestadores de serviços. Pode-se observar, assim, que a maioria dos profissionais que atuam nos municípios catarinenses são cargos de confiança da administração municipal. Dos profissionais de organização de eventos dos municípios, a maioria de 32,4% em terceiro grau completo, 29,7% têm o segundo grau, 18,9% estão cursando a faculdade, 13,5% têm pós-graduação, 2,7% têm mestrado e 2,7% têm o primeiro grau.

Entretanto, dos profissionais com 3º grau, mestrado, especialização ou ainda com a faculdade

without any form of enclosure. 9.3% of the municipalities delivered the questionnaire after the 10th August deadline, with a covering letter, 0.9% returned the questionnaire with some form of informal letter, and 19.4% returned the questionnaire without any kind of letter.

4.1. The Events Professional

Of the Municipal Town and city councils, 33.3% have a member of staff directly responsible for organizing municipal events and 66.7% do not have a professional dedicated specifically to this area.

Of the Councils that do not have a dedicated professional for the organization of events, 21.8% have an events committee, 31.0% of the Councils are organized in such a way that each secretariat organizes its own events, 23% have so few events in the municipality that a dedicated professional is unwarranted, 1.1% feel there is a lack of motivation or recommendation to hire a professional, 6.9% are unable to find a specialized professional in the market, 14.9% carry out their events in such a way that everyone helps in whatever way they can and 1.1% outsource the services of events organization.

Of the councils that do have an events professional, 47.1% are professionals working in areas related to Events Organization, such as public relations, tourism secretaries, etc. 23.5% are professionals who practice specifically in areas parallel to that of events organization, such as press office staff, sports secretaries etc., and in a further 29.4% of the councils that do have professionals to take care of organizing events, these members of staff are employed in jobs that are not connected with the organization of events, such as administrative secretaries, heads of cabinet etc. Thus, of the councils that do employ this type of professional, almost half are employed specifically as Events Organizers. Of the professionals working in events organization, 76.3% are male and 23.7% are female. It is therefore observed that men are predominant in the organization of events in Santa Catarina. Of the events professionals, 78.6% are in appointed positions while 16.7% are permanent employees, 2.4% were hired specifically for the job and 2.4% are service providers. It can be seen, therefore, that the majority of the professionals working in the municipalities of Santa Catarina are in appointed jobs of the municipal administration. Of the events organization professionals in the municipalities, a majority of 32.4% have completed on, 29.7% have completed high school, 18.9% are currently in higher education, 3.5% have post-graduate specialization, 2.7% have Master's Degrees and 2.7% completed elementary school only.

However, of the professionals with Higher Education, Master's Degrees, specialization or

incompleta observa-se um número grande de cursos que não são, a princípio, pertinentes à organização dos eventos, quais sejam: Administração Pública, Educação Física, Jornalismo, Direito, Pedagogia, Consultoria Empresarial, Matemática, Ciências Sociais, Contábeis, Comércio, Letras, e ainda outros afins como Administração e Marketing, Publicidade e Propaganda, Turismo e Hotelaria, Música e Belas Artes, e somente um profissional de Relações Públicas.

Dos organizadores de eventos das prefeituras, a maioria de 40,5% está no cargo há menos de um ano, 27,0% estão entre um a cinco anos, 10,8% de cinco a dez anos e 21,6% estão há mais de dez anos no cargo. Na área de organização de eventos percebe-se a maioria de 35,1% está há mais de dez anos, 27,0% está com cinco a dez anos, 29,7% está com um a cinco anos de experiência e somente 8,1% possui menos de um ano de experiência na área.

Os organizadores de eventos das prefeituras municipais catarinenses recebem, na maioria de 44,4%, entre cinco e nove salários mínimos, ainda 27,8% recebem dez salários mínimos ou mais, 25,0% recebem entre dois a quatro salários mínimos e 2,8% fazem serviço voluntário para a municipalidade.

4.2. A Realização dos Eventos

Dos questionários recebidos, a maioria de 57,7% não possui um calendário de eventos, e 42,3% possuem, ou seja, observa-se que a maioria não faz um planejamento prévio, realizando seus eventos a partir de suas necessidades momentâneas.

Das prefeituras que não possuem um calendário de eventos, a maioria de 71,7% realiza seus eventos de acordo com as necessidades e as datas do momento, 10,0% ainda estão em processo de preparação do calendário, 6,7% estão no primeiro ano de administração e não criaram o calendário, mas pretendem criar no ano de 2002, 5,0% dos municípios não têm eventos importantes que justifiquem um calendário, 3,3% não vêem necessidade, 1,7% dizem que sentem necessidade, mas que até o momento o calendário não tinha sido feito, e 1,7% também não fizeram o calendário dado à desativação da Fundação Cultural.

Os municípios, antes da realização dos eventos, no planejamento, passam por alguns passos, dentre os quais alguns se destacam, que são a determinação dos objetivos (15,8%), a determinação das estratégias e distribuição das funções (15,1%), é vislumbrada a possibilidade de parcerias (13,1%), é determinado o perfil do evento (12,3%), o público a ser atingido (13,6%), é feito um levantamento dos custos, e da possibilidade de realização do evento diante destes custos (10,5%), em alguns casos, neste levantamento de custos, as despesas são reduzidas ao máximo (8,8%), mas uma parte procura realizar o planejamento

incomplete university education, it can be seen that a large number of their courses do not, in principle, belong to the area of events organization. The courses include: Public Administration, Physical Education, Journalism, Law, Pedagogy, Business Consultancy, Mathematics, Social Sciences, Accounting, Languages and Literature and others, such as Administration and Marketing, Publicity and Propaganda, Tourism and Hotel Management, Music and Fine Arts, and only one professional qualified in Public Relations.

Of the events organizers of the councils, a majority of 40.5% have been employed in the job for less than a year, 27% between one and five years, 10.8% between five and ten years and 21.6 for over ten years. In the area of events organization, it is observed that a majority of 35.1% has been in the job for more than ten years, 27% for between five and ten years, 29.7% for between one and five years and only 8.1% have less than one year of experience in the area.

Of the events organizers of the municipal town and city councils of Santa Catarina, an average of 44.4% receive between five and nine minimum salaries, 27.8% receive ten minimum salaries or more, 25% receive between two and four minimum salaries and 2.8 provide voluntary services to the municipality.

4.2. The Conducting of Events

Of the questionnaires received, a majority of 57.7% do not have a calendar of events, while 42.3% do have one. In other words, it can be seen that the majority do not have any form of prior planning, and carried out their events according the need of the moment.

Of the councils which do not have a calendar of events, a majority of 71.7% carry out their events according to the needs of the moment, 10% are still in the process of preparing their calendar, 6.7% are in their first year of administration and have not yet drawn up a calendar but intend to do so in 2002, 5% of the municipalities do not have enough major events to warrant a calendar, 3.3% do not see the need, 1.7% said that they feel the need, but that a calendar had not yet been drawn up and 1.7% said they have not drawn up a calendar due to the fact that the town no longer has a Cultural Foundation.

Before holding an event, the municipalities go through several planning stages, including determining the objectives (15.8%), determining the strategies and allocation of positions (15.1%), looking at the possibility of partnerships (13.1%), determining of the profile of the event (12.3%), and of the target public (13.6%), carrying out a costing exercise, considering the feasibility of holding the event within these costs (10.5%). In some cases,

da maneira mais simples e prática possível (10,7%), mas em algumas prefeituras não é realizado o planejamento (0,2%).

Na distribuição das tarefas, a maioria as realiza de forma descentralizada, porém acompanhada por uma pessoa (32,6%), outras distribuem as tarefas no planejamento e cada um faz sua parte (28,1%), para 25,2% das prefeituras todos colaboram dentro do que lhes é possível. Em algumas, as tarefas são realizadas descentralizadamente, com acompanhamento do check-list (5,2%), e ainda 3,0% realizam as tarefas centralizadamente, com acompanhamento do check-list, 3,0% das prefeituras têm suas tarefas dos eventos realizadas apenas por uma pessoa, em 2,2% dos municípios os eventos são organizados por uma comissão e 0,7% deles são organizados pela Fundação Cultural do município.

O do check-list, que nada mais é do que um cronograma de trabalho, envolve diversas atividades e sua distribuição entre os membros da equipe que desenvolverá o projeto. Gilda Meirelles (1999:133) salienta:

Para o acompanhamento de todas as fases dos eventos é necessário estabelecer o cronograma de atividades – check-list – fixando-se os prazos de início, limite e fim de cada etapa, assim como o profissional responsável pela sua execução.

O check-list, na organização dos eventos, tem função primeira, porque são muitas as tarefas a serem desenvolvidas no pré-evento, trans-evento e pós-evento, e sem um controle geral, o organizador corre o risco de, em algum momento, perceber falhas e não encontrar culpados. Com esta distribuição de tarefas, acompanhadas com check-list, tanto os funcionários saberão se organizar melhor, como o organizador conhecerá todos momentos da organização do evento.

Observou-se que 61,1% das administrações municipais apóiam a realização de eventos. Dessa forma, pode-se concluir que as prefeituras municipais, em sua maioria, têm administradores municipais (prefeitos) conscientes da importância de um evento bem-sucedido.

Ainda assim, 17,7% das administrações municipais apóiam com algumas reservas financeiras, 16,8% encontram dificuldades e contam com a criatividade e 3,5% realizam seus eventos apenas com a sua criatividade.

A divulgação dos eventos municipais de Santa Catarina é feita das mais diversas formas. Destaca-se assim, a divulgação em rádio (24,25), com cartazes, folders (23,25), jornal local (19,7%), funciona também o boca-a-boca (12,4%), a televisão (9,8%) e a mala-direta (5,6%). Mas ainda são feitos, em menor escala, a divulgação por mailing-list (1,3%), carro de som (1,8%) e outros meios (2,0%).

this costing exercise involves reducing costs to a bare minimum (8,8%). A portion seek to carry out the planning in as simple and practical way as possible (10.7%), while in some councils, planning is not carried out at all (0.2%).

In the majority of cases, tasks are distributed in a decentralized way, though monitored by one person (32.6%). Others distribute the tasks in the planning process with each person playing his part (28.1%), while for 25.2% of the councils, everybody collaborates in whatever way they can. In some cases, the tasks are decentralized, monitored by a check list (5.2%), and in a further 3%, tasks are centralized, also monitored by a check list. In 3.0% of the councils, the events-related tasks are performed by just one person, in 2.2% of the municipalities, events are organized by a committee and in 0.7%, the events are organized by the town's Cultural Foundation.

The use of a check list, which is nothing more than a schedule of tasks, involves various activities and is distributed among the members of the team that will carry out the project. Gilda Meirelles (1999:133) points out that:

To monitor each phase of the event it is necessary to establish a schedule of activities – a check list – fixing times for the start, duration and end of each stage, as well as the professional responsible for carrying it out.

The check list plays an important role in the organization of an event, because there are many tasks to be completed before, during and after the event and if there is no overall control, the organizer runs the constant risk of finding faults but not knowing who is responsible. By distributing tasks, monitored using the check list, the employees will know how to organize themselves better and the organizer will be able to monitor each stage in the organization of an event.

It was observed that 61.1% of the municipal administrations support the carrying out of events. Thus, it can be concluded that majority of municipal town/city councils have municipal administrators (Mayors) who are aware of the importance of a successful event.

Furthermore, 17.7% of the municipal administrations support events with some financial reserves, 16.8% have financial difficulties and rely on their own creativity and 3.5% carry out their events using creativity alone.

Municipal events in Santa Catarina are publicized in a number of ways, including; radio publicity (24.25), posters and fliers (23.25), local newspaper (19.7%), word of mouth (12.4%), television (9.8%) and direct mail (5.6%). Also used, to a lesser extent, are mailing-lists (1.3%), loudspeaker cars (1.8%) and other means (2.0%).

Quando perguntado se os eventos têm alcançado o resultado esperado, a maioria de 66,2% diz que sim, uma vez que a comunidade é integrada aos atos públicos, já 32,3% justificam pelo bom serviço de divulgação, mas 0,8% dos municípios encontram dificuldades porquê a comunidade não costuma participar de eventos públicos, e ainda 0,8% acham que a divulgação não está alcançando o público esperado.

Após a realização dos eventos, faz-se necessária uma avaliação (pós-evento), pois a avaliação é um meio para o sucesso. Ela ajuda a definir se os objetivos do evento foram alcançados, fornece uma base na qual resultados melhores podem ser planejados e identificará áreas onde é necessário melhorar. Entretanto, observou-se que as prefeituras não têm muito claro essa consideração, pois acabam se dividindo na sua realização, onde 33,9% faz uma reunião para discutir os erros e acertos, 21,8% registra as atividades, suas falhas e méritos, 17,0% arquiva todo o material utilizado para uso futuro, 14,5% reúne o material que sobra e os devolve aos devidos setores, 6,1% não considera importante o pós-evento, 3,0% faz uma pesquisa para conhecer o grau de aceitação do público, 2,4% não realiza o pós-evento, e 1,2% não têm conhecimento do que é pós-evento.

4.3. O cerimonial público municipal

A maioria absoluta dos municípios (100%) não possui uma normatização própria (legislação municipal) para dirigir a organização dos eventos no que se refere ao cerimonial e ao protocolo. Não possuindo uma normatização própria, os municípios se dividem em suas causas, 27,5% realizam os cerimoniais de acordo com as necessidades político-sociais do momento, 20,9% realizam os eventos a partir de conhecimentos próprios, 18,1% realizam os eventos a partir da experiência dos seus profissionais, e ainda em escala menor, 8,2% sentem a necessidade de ter legislação própria, 7,1% baseiam-se em bibliografias específicas, 8,8% baseiam-se no Decreto Federal nº 70.274 de 09 de março de 1972, 7,7% sentem a necessidade de assessoria no setor, e poucos (1,1%) não consideram importante uma legislação para cerimoniais ou estão elaborando um projeto de lei (0,5%).

No entanto, os municípios podem instituir suas normas de cerimonial, respeitando os princípios estabelecidos na legislação federal, assim como preceitos prescritos em regimento interno da câmara municipal ou em lei orgânica dos municípios, como por exemplo, posse de prefeito e de vice-prefeito, ou ainda legislação municipal que regule a matéria, o que com certeza, viria a dirimir dúvidas e resolver situações por vezes constrangedoras que,

When asked whether the events have achieved the desired results, a majority of 66.2% say they have, since the community forms part of the public acts while 32.3% justify the results by their good publicity. However, 0.8% of the municipalities say that they experience difficulties because the community is not accustomed to participating in public events and a further 0.8% feel that the publicity is not reaching the target public.

After an event, an evaluation (post-event) is necessary as a means of ensuring success. It helps define whether the objectives of the event have been achieved and provides a basis for planning better results and identifying areas in need of improvement. However, it is observed that the town/city councils do not have a clear opinion on this aspect, since their replies relating to its practice are divided; 33.9% said they hold a meeting to discuss the things that went well or badly, 21.8% keep a record of the activities carried out, and their strengths and weaknesses, 17.0% archive all the material for future use, 14.5% collect the materials left after the event, returning them to the respective departments, 6.1% do not consider the post-event important, 3% carry out research to determine the level of public satisfaction, 2.4% do not carry out a post-event evaluation and 1.2% have no knowledge of what a post-event is.

4.3. Municipal Public Ceremonial

The absolute majority of the municipalities (100%) do not have their own regulations (municipal legislation) governing the ceremonial and protocol used in the administration and organization of events. Owing to this lack of official regulations, the municipalities are divided in their causes; 27.5% carry out events according to the political and social needs of the moment, 20.9% organize events based on their own knowledge, 18.1% carry out events based on the experience of their professionals and a small proportion, 8.2%, feel there is a need for specific legislation. 7.1% carry out their events based on specific literature, 8.8% use Federal Decree no. 70.274 of 9 March 1972, 7.7% feel the need for a consultant in the sector and a few (1.1%) do not consider ceremonial legislation important, or are in the process of creating a bill on the subject (0.5%).

However, municipalities may institute their own ceremonial rules, provide they respect the principles established in the federal legislation, as well as the precepts recommended in the internal regulations of the municipal council or the organic law of the municipalities, such as the office of mayor or deputy mayor, or the municipal legislation governing the subject which, without doubt, will

costumeiramente, se encontram os organizadores do cerimonial.

Para determinar a precedência das autoridades nos eventos, seja para as mesas de honra ou para o uso da palavra, a maioria chama as autoridades de acordo com a importância delas nos eventos (34,0%), já 24,3% determinam a precedência a partir da experiência dos seus organizadores, e 13,9% utilizam a legislação vigente, mas 9,7% baseiam-se nas suas próprias convenções culturais, 7,6% consideram os interesses político-sociais, 6,3% baseiam-se em conhecimentos teóricos e minimamente (2,8%) chamam as autoridades de acordo com suas chegadas.

A precedência estabelece a ordem de colocação em que devem ser dispostas as autoridades e/ou personalidades durante as solenidades. Isso significa que a precedência é fundada no grau hierárquico da autoridade. A autoridade de maior hierarquia precede a de menor; o mais graduado antecede sempre o menos graduado. E o mais antigo, o mais novo, quando ambos têm igual graduação.

A precedência, portanto, define critérios para: colocação de autoridades e/ou personalidades; composição e plano de mesas; citações de discurso; fila de cumprimentos protocolares ou não; assinaturas; banquete; congresso; cerimônias (sentadas ou em pé) etc.

Lembra-se, contudo, que o responsável pelo cerimonial deve levar em conta a circunstância política da solenidade, ressaltando que os atos de cerimônias podem obedecer à seguinte ordem: cívico, religioso e político. Essa decisão, sempre tomada com bom-senso, deverá ser avaliada em conjunto com o anfitrião.

A precedência é um critério para se determinar a ordem de colocação das autoridades ou personalidades em uma solenidade oficial. No entanto, o interesse/objetivo da cerimônia deverá, sempre, ser considerado. Por exemplo, em um cerimonial político em que se constata a presença significativa de líderes empresariais ou sindicais dentre outros, a ordem de colocação das personalidades deverá ser adequada, guardando-se, sempre como princípio o bom-senso, pois em tais casos a legislação é omissa e cabe ao cerimonial solucioná-los.

Nas mais diversas solenidades municipais, o protocolo em sua maioria (38,0%) é realizado a partir da experiência dos organizadores, 26% utilizam a legislação vigente, 15% adequa-se às convenções culturais da região, 9% baseiam-se em conhecimentos teóricos e também 9% têm à frente seus interesses político-sociais, e uma minoria (2%) baseia-se em regimentos municipais e estaduais enquanto que 1% dos municípios demonstra ter dificuldades no protocolo.

settle any doubts or resolve the often embarrassing situations that ceremony organizers encounter.

To determine the table of precedence for the authorities present at an event, whether for the table of honor or the speeches, the majority said that they call the authorities according to their order of importance at the event (34.0%), 24.3% determine the table of precedence based on the experience of their organizers, 13.9% use the current legislation, but 9.7% use their own cultural conventions. 7.6% consider political and social interests, 6.3% use theoretical knowledge and a small number (2.8%) call the authorities according to the order in which they arrive.

The table of precedence establishes the order in which the authorities and/or personalities should be placed during the ceremony. This means that the order of precedence is based on the hierarchical level of the authority. The authority which is further up the hierarchy precedes the lower; the higher ranking always comes before the lower ranking and if both are equal in rank, the older precedes the newer.

The table of precedence, therefore, defines the criteria for: the order in which the authorities and/or personalities are placed; the seating plan; the order of speeches; the receiving line, whether greetings are protocolary or not, the sign-in; the banquet; the assembly; the ceremonies (seated or standing) etc.

It should be remembered, however, that the person responsible for the ceremony should bear in mind the political circumstances of the ceremony, stressing that ceremonial acts may any of the following orders: civic, religious or political. This decision, which is always made with good sense, should be discussed with the host of the event.

The table of precedence is a criterion for determining the order of the authorities or personalities in an official ceremony. However, the interest or objective of the ceremony should always be taken into consideration. For example, in a political ceremony attended by a number of business or union leaders, among others, the order in which the personalities are placed should be appropriate, always guided by good judgment, since the legislation does not cover cases such as these and it is up to the ceremonial to resolve them.

In the most varied kinds of municipal ceremony, protocol is, in the majority (38.0%), based on the experience of the organizers, while 26% use the current legislation, 15% adapt the protocol to the cultural conventions of the region, 9% base it on theoretical knowledge, 9% take into consideration their political and social interests and a minority (2%) base it on the municipal and state regulations while 1% of the municipalities experience difficulties with protocol.

Não obstante, cabe reafirmar que não há uma fórmula ideal e que realmente devem ser consideradas as necessidades político-sociais e as convenções culturais do município, dessa forma, acaba-se por recair na necessidade de uma normatização própria para o cerimonial e protocolo, observando-se e adequando-se à realidade de cada município, mas não desprezando a legislação federal que, apesar de remota, ainda está em vigência.

Questionando-se às prefeituras municipais se existe um Mestre de Cerimônias (MC) devidamente treinado, instruído e que já conhece toda a realidade municipal, observou-se que a maioria não tem um MC, onde 46,2% não tendo um MC e conforme a necessidade o próprio setor que organiza se encarrega de achar alguém e 4,7% das prefeituras acham que não há necessidade de mestre de cerimônias nos seus eventos, mas 31,1% das prefeituras têm um funcionário que faz o cerimonial, mas não exclusivamente e somente 12,3% têm um profissional que atua especificamente na área.

Pode-se observar, então, que a preocupação das prefeituras com o MC não é primordial, e que as mesmas acabam por se arranjar por si só. É considerável que a maioria das prefeituras municipais não possuem um número razoável de eventos que justifique a manutenção de um MC específico. Todavia, faz-se necessário observar a importância com que se deve tratar o assunto, pois se deve ressaltar muitos requisitos quanto à escolha de um orador, dentre os quais destaca-se a memória, a criatividade, o entusiasmo, a observação, a teatralização, a síntese, o ritmo, a voz, o vocabulário, a expressão corporal, a naturalidade, os trajes, o jogo de cintura e, principalmente, o conhecimento da meio e da situação. Pois, os riscos de insucesso e constrangimento em decorrência da improvisação em se tratando de MC são muito grandes.

4.4. Os Símbolos Nacionais

Partindo para as questões dos símbolos nacionais, foi questionado aos municípios se eles têm hino próprio. Observou-se que a maioria (63,2%) o possui, e que destes 30,3% escolheram através de concurso público, 36% encomendaram diretamente a um compositor e, curiosamente, 15,2% não sabem como o hino foi criado. E observou-se também que um grande número (36,8%) não possui hino próprio.

Há execução do Hino Nacional em 37,9% dos municípios, nas sessões cívicas, 32,6% executam em todos os eventos, 23,5% executam somente no hasteamento à bandeira, e ainda 3,0% executam em alguns eventos, 2,3% executam em quase todos os eventos e 0,8% executam o hino quando sentem a necessidade e o “ambiente” é propício para a sua execução.

However, it should be stressed that there is no ideal formula, and the political and social needs and cultural conventions of the municipality need to be taken into consideration. Thus, there is clearly a need for specific legislation concerning ceremonial and protocol, which takes into consideration and is adapted to the reality of each municipality, but always respecting the federal legislation which, although insufficient, is still in force.

Questioned on the subject of whether there exists, in the municipal councils, a Master of Ceremonies (MC), duly trained and instructed and familiar with the reality of the municipality, it was observed that the majority do not have an MC, 46.2% have no MC but according to the requirement, the department organizing the event takes on the responsibility for finding someone, while 4.7% of the councils do not see the need for a master of ceremonies in their events. 31.1% of the councils have a member of staff responsible for ceremonial, though not exclusively, and only 12.3% have a professional dedicated specifically to the area.

It can be seen, then, that the councils' concern with regard to the MC is not paramount, as they generally manage to arrange everything by themselves. It is worth noting that the majority of the municipal councils do not have sufficient events to warrant maintaining an MC. It should be stressed however, that the subject is an important one, as there are many requirements in the choice of a public speaker, including a good memory, creativity, enthusiasm, observation, dramatic ability, consistency, rhythm, voice, good vocabulary, body language, naturalness, dress, adaptability and the ability to think on their feet and, in particular, a good knowledge of the setting and the situation, since the risks of failure and embarrassment when improvising in the matter of the MC are very great.

4.4. The National Symbols

Moving on to the questions relating to the national symbols, the municipalities were asked whether they had their own anthem. It was observed that the majority (63.2%) have one, and of these, 30.3% chose it by means of a public competition, 36% hand over the task to a composer and curiously, 15.2% do not know how the anthem was created. It was also noted that a large number (36.8%) does not have its own anthem.

Regarding the National Anthem, 37.9% of the municipalities said they play it during their civic sessions, 32.6% play it at all events, 23.5% play it only on when the flag is raised, 3.0% play it at some events, 2.3% play it at nearly every event and 0.8% play the anthem when they feel there is a need or the “situation” is appropriate.

O Hino Nacional é parte integrante de uma solenidade pública. Por essa razão, a execução do Hino Nacional, como os demais símbolos nacionais, deve respeitar a Legislação Federal (Anexo II) podendo ser tocado em sessões cívicas, cerimônias religiosas a que se associe o sentido patriótico, ou em ocasiões festivas para exprimir regozijo público.

A maioria (44,0%) aplaude o Hino Nacional para homenagear o símbolo nacional, 19,0% nunca aplaudem, 15,0% aplaudem somente quando é cantado, 8% somente quando é instrumental, 5,0% responderam que algumas pessoas aplaudem, outras não, 4,0% aplaudem pois é cultural no município, 3,0% somente quando é interpretado por algum cantor e 2% dizem que a comunidade aplaude por não conhecer as convenções protocolares.

O assunto, realmente, é muito controverso, e até algum tempo atrás não se aplaudia o Hino Nacional, entretanto, dado às convenções culturais atuais, hoje já se admite o aplauso sempre que o Hino Nacional for executado.

Falando em Bandeira Municipal, 69,6% dos municípios têm a legislação que normatiza a sua bandeira, e 30,4% alegam não ter normatização ou, quem sabe, desconhecem esta legislação, considerando que para a bandeira passar a ser um símbolo municipal ela tem que possuir uma legislação.

Das respostas obtidas, quando se fala em ordem de colocação das bandeiras, a maioria de 82,5% tem conhecimento da colocação da ordem das bandeiras, já 10,7% conhecem a colocação somente quando estão postas a bandeira nacional, a do estado e a do município, 5,8% não têm conhecimento da normatização e 1,0% diz que procura atender à legislação vigente, colocando-as em ordem.

4.5. A Assessoria e Legislação

Das Prefeituras Municipais, a maioria de 41,2% sente necessidade de um aprofundamento maior no que diz respeito a Cerimonial e Protocolo, já 29,8% também sentem, entretanto, não tem verba disponível para investir no assunto, 14,0% sentem dificuldade em encontrar material sobre o assunto no mercado, 8,8% acham que é um investimento muito alto para pouco retorno, 2,6% diz ter legislação própria, 1,8% responde que têm bastante experiência e material bibliográfico e 1,8% dizem que a administração pública tem mais no que pensar.

Para uma assessoria no que diz respeito ao cerimonial e protocolo, a maioria de 45,2% se interessa, entretanto alega não existir verba específica para investir nesta área, 28,8% têm interesse numa assessoria para o assunto, mas 14,4% acham um investimento muito alto para pouco retorno, 5,8% têm bastante experiência e material bibliográfico, 2,9% dizem que a

The National Anthem is an integral part of the public ceremony. For this reason, the singing of the National Anthem, like the other national symbols, should be in accordance with the Federal Legislation (Annex II). It may be played at civic sessions, religious ceremonies in which it is associated with a patriotic meaning, or on festive occasions to express public joy.

The majority (44.0%) said they applaud the National Anthem to pay homage to the national symbol, 19.0% never applaud, 15.0% applaud only when it is sung, 8% applaud only when it is instrumental, 5.0% said that some applaud, others not, 4.0% applaud since it is the cultural convention in the municipality, 3.0% only when it is sung by a singer and 2% said that the community applauds due to a lack of knowledge of the protocolary conventions.

The subject, in fact, is highly controversial and until recently, the National Anthem was never applauded. However, in view of the current cultural conventions, applause is now permitted whenever the National Anthem is practiced.

In relation to the Municipal Flag, 69.6% of the municipalities said they have legislation concerning the flag and 30.4% allege that there are no regulations, or that they do not know the legislation, conceding that the flag must have some kind of legislation in order for it to be a municipal symbol.

In relation to the order in which the flags are placed, a majority of 82.5% said they are familiar with the correct order in which the flags should be placed, while 10.7% know the correct order only when the national, state and municipal flags are flown, 5.8% do not know the rules, and 1% said they seek to comply with the legislation by placing them in the correct order.

4.5. Consultancy and Legislation

Of the Municipal councils, a majority of 41.2% feel the need for a more in-depth knowledge of Ceremonial and Protocol, 29.8% also feel this, but they lack the funds to invest in the area. 14.0% have difficulty finding material on the subject in the market, 8.8% feel that it is a very high investment for little return, 2.6% said they have specific legislation, 1.8% said they have considerable experience and bibliographic material and 1.8% said that the public administration has other things to think about.

On the subject of a consultancy service for ceremonial and protocol, a majority of 45.2% expressed interest, although they allege that there are no specific funds for investment in this area; 28.8% expressed interest in a consultancy service in the area but 14.4% feel it would be a very high investment for little return. 5.8% said they have plenty of experience and bibliographic material,

administração pública tem mais o que pensar, 1,9% têm muito poucos eventos a serem realizados e 1,0% tem legislação própria.

Sobre legislação própria de cerimonial e protocolo, 60,6% acham relevante. Dessa forma, observou-se na maioria das prefeituras municipais um interesse em dirimir as dúvidas que cercam o Cerimonial Público Municipal, seja através de um aprofundamento próprio, seja através de uma assessoria ou de uma normatização. Entretanto, 39,4% dos municípios catarinenses não acham relevante uma legislação própria, em sua maioria, em virtude de ser um município pequeno, ter poucos eventos, ou se basear na Legislação Federal ainda vigente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou reconhecer como de fato dá-se a realização dos eventos públicos, no que se refere à sua organização, seu cerimonial, o respeito aos símbolos nacionais, assim como comprovar a necessidade de um aprofundamento no assunto.

Observou-se, então, que grande parte das prefeituras municipais não possui uma preparação adequada para lidar com o cerimonial público, seja pela falta de profissionais qualificados atuantes na área, seja pela falta de uma normatização coerente e atual, consolidada na realidade cultural de cada município, ou ainda pela inobservância da importância que vem adquirindo o mercado de eventos, pois como diz Melo Neto (1999:227) *“Eventos mobilizam multidões, promovem as cidades, geram empregos e são opções de lazer e entretenimento para milhares de pessoas”*.

Ao levantar estas questões, fica evidente que os municípios catarinenses buscam acertar nos seus eventos, mas não encontram muitos recursos, a não ser pela vontade empírica de aprimorar seus conhecimentos, com a realização prática da atividade.

Não existe dúvida quanto à diversidade cultural e dimensão geográfica dos nossos municípios, o que dificulta a criação de toda uma estrutura para a realização dos eventos e cerimônias. Mas, cabe dizer que qualquer que seja o estilo cultural ou o tamanho do município, faz-se necessário um mínimo de cuidados com os eventos, com o Cerimonial e o Protocolo, dentro de uma normatização mínima, para adequarem-se às questões protocolares básicas.

Houve limitações neste trabalho, pois é muito difícil comprovar a eficiência da realização dos eventos dos municípios tão somente através de questionários e entrevistas, considerando-se que dentro de cada questão levantada podem surgir uma enormidade de dúvidas; e ainda, que dada à habilidade adquirida tão somente pela prática dos organizadores e pela cultura do município, a questão

2.9% stated that the public administration has other things to think about, 1.9% carries out very few events and 1% already has its own legislation.

Concerning the municipalities' own legislation on ceremonial and protocol, 60.6% consider it relevant. Thus, it was observed that the majority of municipal councils have an interest in settling doubts concerning Public Municipal Ceremonial, whether by increasing their knowledge, through a consultancy or through specific rules. However, 39.4% of the municipalities of Santa Catarina do not consider it important to have their own legislation, the majority due to the fact that theirs is a small town, with few events, or because they use the Federal Legislation in force.

5. FINAL CONSIDERATIONS

This work sought to determine how public events are actually planned and conducted, in terms of their organization, ceremonial and respect for their national symbols, and to demonstrate the need for further studies on the subject.

It was observed that the majority of the municipal councils are not sufficiently prepared to deal with public ceremonial, whether due to a lack of qualified professionals in the area, or a lack of coherent and up-to-date rules, adapted to the cultural context of each municipality, or whether due to a disregard for the growing importance of the events market. As Melo Neto (1999: 227) states: *“Events mobilize multitudes, promote towns, generate jobs and provide leisure and entertainment for thousands of people”*.

On investigating these issues, it becomes evident that the municipalities of Santa Catarina do seek to do things correctly in their events, but they have few resources except their empirical desire to increase their knowledge, through the practice of carrying out the activity.

There is no doubt of the cultural diversity and geographic size of our municipalities, which make the creation of a structure for conducting events and ceremonies difficult. But it should be stressed that whatever the cultural style or size of the municipality, a minimum of care is necessary with events, with the Ceremonial and Protocol, ensuring at least minimum standards, in order to comply with basic issues of protocol.

There were some limitations in this work, since it is very difficult to verify how efficiently events are carried out in the municipalities through questionnaires and interviews alone, bearing in mind that each issue studied may give rise to a large number of doubts; also, given the skill acquired through the organizer's practice alone and the culture of the municipality, the question of how

da realização efetiva dos eventos e seus cerimoniais dariam, sem dúvida, margem a novos estudos e pesquisas; pois, como citado no início deste trabalho, não pretende-se esgotar o assunto; ao contrário, pode-se concluir que os municípios do estado de Santa Catarina, apesar de desenvolverem seus eventos da melhor forma que lhes é permitido, ainda apresentam muitas dúvidas e sentem a necessidade de aprimoramento na área.

É cabível salientar, partindo desta pesquisa, que o assunto abre margem para muito estudo e que cada um dos municípios estudados tem, em sua estrutura, material para desenvolver novos trabalhos. Pois, se considerar o Cerimonial e Protocolo, dentro de cada município em particular, respeitando sua cultura e sua civilidade, numa adequação à legislação vigente, obter-se-á material para, em cada município, realizar uma nova pesquisa.

Dessa forma, o objetivo de conhecer a realidade do município catarinense no que tange ao Cerimonial e Protocolo, deu-se por realizado, e abre margem para estudos mais particulares, considerando a cultura de cada região. Sendo assim, algumas orientações aqui propostas poderão produzir bons resultados, se aplicadas adequando-se à realidade dos municípios.

events and ceremonies are actually carried out undoubtedly opens the way for further studies and research; since, as stated earlier, this work is not intended to be exhaustive on the subject; on the contrary, it can be concluded that the municipalities of the State of Santa Catarina, despite carrying out their events to the best of their ability, still have many doubts and feel a need for improvement in the area.

It should be stressed, based on this research, that the subject requires a great deal of further study and that each one of the municipalities investigated possesses, within its structure, material for developing new works. Ceremonial and Protocol is considered then, within each particular municipality, taking into consideration its culture and civility, adapting it to the current legislation, thereby obtaining material for carrying out further research in each municipality.

Thus, the aim of determining the reality of the Santa Catarina municipality with regard to Ceremonial and Protocol is achieved, and the way is opened for more specific studies, taking into account the culture of each region. Some guidelines proposed here could therefore produce good results, provided they are applied in a way that is adapted to the municipal contexts.

NOTA

1 Alguns dados deste tópico foram elaborados a partir da leitura dos sites: IBGE – CIDADES; IBGE – SÍMBOLOS NACIONAIS.

NOTE

1 Some data of this topic were derived from reading the sites: IBGE – CIDADES; IBGE – SÍMBOLOS NACIONAIS.

REFERÊNCIAS

_____. *IBGE cidades*. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>.

_____. *Nossa história – símbolos nacionais*. Disponível em <http://www.exercito.gov.br/01Instit/Historia/simbnac/simbnasc.htm#a>

_____. *Prefeitos em fim de mandato: providências a serem tomadas*. São Paulo: FPFL - Cepam, 1996.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

CESCA, C. G. G. *Organização de eventos*. São Paulo: Summus, 1997.

FERREIRA, A. B. de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GIÁCOMO, C. *Tudo acaba em festa*. 2ª ed. São Paulo: Scritta, 1997.

REFERENCES

_____. *IBGE cidades*. Available at <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>.

_____. *Nossa história – símbolos nacionais*. Available at <http://www.exercito.gov.br/01Instit/Historia/simbnac/simbnasc.htm#a>

_____. *Prefeitos em fim de mandato: providências a serem tomadas*. São Paulo: FPFL - Cepam, 1996.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

CESCA, C. G. G. *Organização de eventos*. São Paulo: Summus, 1997.

FERREIRA, A. B. de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GIÁCOMO, C. *Tudo acaba em festa*. 2ª ed. São Paulo: Scritta, 1997.

- MATTOS, A. de. *Heráldica: estudos, notas e comentários*. Portucalense, Porto, 1941.
- MEIRELLES, G. F. *Tudo sobre eventos*. São Paulo: Editora STS, 1999.
- MELO NETO, F. P. de. *Marketing de eventos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sprint 1999.
- NUNES, M. M. *Cerimonial para executivos*. São Paulo: Luzzatto, 1999.
- RIBEIRO, C. *Boas maneiras & sucessos nos negócios*. São Paulo: L & PM Editores, 2000.
- RIBEIRO, C. *Brazões e bandeiras do Brasil*. São Paulo: Editora São Paulo, 1933.
- SCHNEIDER, S. P. *Cerimonial e protocolo: organização de solenidade e convívio social*. Porto Alegre: Sulina - ARI, 1985.
- SIMÕES, R. P. *Relações Públicas: função política*. São Paulo: Summus, 1997.
- MATTOS, A. de. *Heráldica: estudos, notas e comentários*. Portucalense, Porto, 1941.
- MEIRELLES, G. F. *Tudo sobre eventos*. São Paulo: Editora STS, 1999.
- MELO NETO, F. P. de. *Marketing de eventos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Sprint 1999.
- NUNES, M. M. *Cerimonial para executivos*. São Paulo: Luzzatto, 1999.
- RIBEIRO, C. *Boas maneiras & sucessos nos negócios*. São Paulo: L & PM Editores, 2000.
- RIBEIRO, C. *Brazões e bandeiras do Brasil*. São Paulo: Editora São Paulo, 1933.
- SCHNEIDER, S. P. *Cerimonial e protocolo: organização de solenidade e convívio social*. Porto Alegre: Sulina - ARI, 1985.
- SIMÕES, R. P. *Relações Públicas: função política*. São Paulo: Summus, 1997.